

Brasília

O ensino e a greve

Eclaro que a greve dos professores da UnB não é movida exclusivamente por reivindicação salarial. A instituição politizou-se tanto, e perdeu tanto as suas motivações acadêmicas, que em princípio todo movimento ali contém algo de suspeito. Mas não há dúvida de que a questão salarial tem um peso importante, como o teve preponderantemente na greve dos professores da rede pública do Distrito Federal. Ora, quem conhece a realidade salarial do magistério brasileiro e, de outro lado, a realidade da decadência do ensino no País, e ainda a essencialidade da educação como fator insubstituível do desenvolvimento, não pode concordar com a forma demasiado lenta, quase passiva, com que este assunto foi conduzido no GDF e vem sendo conduzido na UnB.

Ninguém de mente sã pode aceitar a baixa prioridade que o ensino tem obtido nos programas governamentais, agora e no passado. O que está envolvido na questão do ensino é o futuro da geração de brasileiros que está agora na escola. Esses jovens aos quais se veda hoje o direito ao desenvolvimento intelectual constituirão situações irreversíveis no futuro. Eles nunca mais recuperarão o tempo perdido agora, o que é diferente, por exemplo, de eventual estagnação do crescimento econômico. Empresas que, no momento, possam estar impedidas de crescer, por força da crise econômica, poderão voltar a fazê-lo no futuro, porque não houve lesão da sua capacidade de crescer, apenas contenção temporária. Com os milhões de alunos que se acham hoje nas escolas não é a mesma situação. Eles serão irreversivelmente lesados, seja por não ter havido o desenvolvimento pleno da sua capacidade intelectual na

idade própria, o que é irrecuperável, seja porque logo mais ingressarão no mercado de trabalho e não mais poderão retornar às escolas.

O Estado não tem o direito de lidar assim com o interesse de toda uma geração de brasileiros. Não só está violentando o futuro do País como, ainda mais grave, está constituindo uma dívida social virtualmente impossível de ser reparada no futuro.

A educação, notadamente nos 1º e 2º níveis, constitui prioridade nacional absoluta. Isto não é uma questão de ponto de vista. É uma verdade imposta pelo senso comum. O governante não tem o direito de decidir se educação é prioritária ou não em seu governo, porque tal prioridade se impõe por si mesma. Na situação em que se acha o País, o governante falha, revelando escasso espírito público, no exato momento em que põe em discussão o nível de prioridade que deverá dar ao ensino. Não há o que discutir a respeito.

Ora, partindo-se dessa lógica, que não oferece alternativas, deduz-se que não deveriam faltar salários para os professores. Eles deverão ser os melhores homens da comunidade, os mais qualificados para dirigir a formação dos nossos filhos, e evidentemente os mais bem pagos profissionais públicos. Não deveria, portanto, haver greve salarial no magistério ou, pelo menos, não deveria haver greve salarial justa, como as que temos tido. Basta ver os salários vigentes no magistério para se deduzir, sem qualquer outro raciocínio, que a greve é justa, mas extremamente injusta para com os interesses mais fundamentais da sociedade brasileira.